

# “PROJETO LER E VIVER”: A EAD NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

TCA5-002

02/2006

Liene Cunha Viana

Faculdade Barretos - [liene cv@zipmail.com.br](mailto:liene cv@zipmail.com.br)

Chade Rezek Neto

Faculdade Barretos - [chaderezek@hotmail.com](mailto:chaderezek@hotmail.com)

Categoria: A - Estratégias e Políticas  
Setor Educacional: 5 - Educação Continuada  
Natureza do Trabalho: A - Relatório de Pesquisa

Resumo:

*Em 2005, a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo desenvolveu um projeto de formação continuada de professores de português da rede pública estadual. A metodologia do projeto buscava fazer emergir no professor a reflexão sobre sua própria prática de leitura, assim como seu envolvimento no processo de ensino/aprendizagem. Participaram do “Ler e Viver” cerca de quatro mil professores do Ciclo II do ensino fundamental, que realizaram, a distância, um programa de orientação para o estímulo dos alunos à leitura e à compreensão leitora. Para isso, utilizou-se um programa interdisciplinar, no qual se entrecruzavam teorias de análise literária aos enfoques cognitivo e didático, a fim de preparar o professor para desenvolver no aluno as habilidades e competências necessárias para o domínio da leitura literária. Os meios utilizados foram encontros presenciais, material impresso, tutoria (on-line e por telefone 0800), fóruns, videoconferências. A avaliação se deu por meio de trabalhos, realizados após cada videoconferência quinzenal. A despeito de uma paralisação no meio do curso, determinada pela SEE, chegou-se, ao final, a resultados surpreendentes em termos de evolução dos conhecimentos e do entusiasmo dos professores.*

Palavras-Chave: Educação continuada - Capacitação de professores

Um dos grandes consensos da atualidade é o fato de que entre os maiores entraves ao crescimento da economia e dos índices sociais brasileiros estão os problemas - qualitativos e quantitativos - da educação brasileira. A inexistência de educação para todos - e a má qualidade da que é oferecida - constantemente recria e aprofunda o fosso que separa um segmento social que desfruta de luxo, desenvolvimento tecnológico, saúde, educação, moradia, alimentação de qualidade equiparável ao Primeiro Mundo, de grande parte da população, a qual vive nas margens da pobreza. Por isso, apesar de nossa posição privilegiada entre os países produtores de riquezas, o IDH brasileiro é desproporcionalmente baixo.

A importância da educação na busca de transformar-se esse quadro é evidente. É claro também que qualquer tentativa de melhorar o sistema pedagógico precisa da colaboração do professor que, para isso, necessita ter uma formação adequada. No entanto, o quadro do magistério brasileiro é outro problema grave a ser enfrentado pelas políticas públicas educacionais. Há no país centenas de milhares de professores em atuação sem o ensino superior completo; destes algumas dezenas de milhares não possuem ao menos o ensino médio. Enquanto os professores que lecionam no Fundamental II e no Ensino Médio possuem profundas deficiências de formação, nas séries iniciais, então, encontram-se professores que ao menos possuem o Fundamental completo - situação que se agrava especialmente nas áreas rurais, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

Pesquisas - além da simples observação da realidade - revelam que a formação de recursos humanos para o ensino há décadas tem sido deficitária e de má qualidade. É claro, não se faz boa educação com professores mal formados e, portanto, não se pode tentar melhorar a educação sem cuidar da qualificação do professor. Assim, mostra-se evidente a necessidade de se realizarem investimentos na formação de professores, aspecto fundamental quando se pensa em mudar o cenário de problemas educacionais no qual vivemos.

Com essa finalidade, no início de 1999, o Conselho Nacional de Educação (baseado em idéia do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro) aprovou um Parecer sobre a realização de inovações nos Institutos Superiores de Educação. Ampliou-se a carga horária desses institutos, e permitiu-se a formação a distância de professores e especialistas. Acredita-se que, por meio da EAD, seja possível imprimir à formação de professores a idéia de educação continuada.

De acordo com Arnaldo Niskier:

“A utilização da EAD nos cursos de formação de professores torna-se, pois, um imperativo na atualidade, não só pela possibilidade de seu uso no campo da educação não-formal, como pelo seu papel complementar do sistema convencional de ensino.

É imprescindível, portanto, formular projetos de formação e aperfeiçoamento do magistério, desenvolvidos no bojo de uma

Política Nacional de Educação, sobretudo em face de mudanças que se fazem necessárias a partir da aprovação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Esses projetos devem contemplar a formação e atualização, não só em conhecimentos gerais que atendem às necessidades de todos os educadores, como aqueles que contribuem para a compreensão teórica da sua prática pedagógica” (NISKIER, 2000, p. 17).

Assim, fortalece-se a ligação que, desde seu aparecimento na legislação brasileira, tem sido feita entre educação a distância e educação continuada. No entanto, apesar do crescente número de estudos que revelam a importância da EAD na formação de professores, ainda existe muita resistência ao uso da tecnologia na educação, assim como à educação a distância. De acordo com Hugo Assmann, esse pensamento faz parte de um

“Receio preconceituoso de que a mídia despersonaliza, anestesia as consciências e é uma ameaça à subjetividade. A resistência de muitos(as) professores(as) a usar solitamente as novas tecnologias na pesquisa pessoal e na sala de aula tem muito a ver com a insegurança derivada do falso receio de estar sendo superado/a, no plano cognitivo, pelos recursos instrumentais da informática. Neste sentido, o mero treinamento para o manejo de aparelhos, por mais importante que seja, não resolve o problema. Por isso, é sumamente importante mostrar que a função do/a professor/a competente só não está ameaçada, mas aumenta em importância. Seu novo papel já não será o da transmissão de saberes supostamente prontos, mas o de mentores e instigadores ativos de uma nova dinâmica de pesquisa-aprendizagem” (ASSMANN, 2005, p. 14).

Ao atribuir-se ao professor a função de “mentor e instigador ativo de uma nova dinâmica de pesquisa-aprendizagem”, necessita-se que este também se inclua na sociedade da informação. Além disso, deve-se considerar o fato de que a tecnologia é absorvida rapidamente pelos jovens e, em muitos casos, chegamos a situações em que o aluno domina melhor as NTIC que seu próprio mestre. Como consequência, este se sente inibido frente ao aluno. Assim, podemos afirmar que a formação tecnológica do professor possui duas realidades, que se interligam e levam à determinação de uma mesma necessidade.

Por um lado, encontram-se aqueles jovens que desde cedo têm acesso à tecnologia da informação. Nesse aspecto, as novas tecnologias devem fazer parte dos currículos das universidades e de cursos de formação e capacitação de professores, para que estes possam vir a ser efetivamente “facilitadores” do processo de ampliação cognitiva de seu aluno e não desconsiderem nem se coloquem à margem dos conhecimentos que os jovens dominam.

De outro lado, encontram-se aqueles jovens cuja situação familiar não possibilitou ter acesso à tecnologia da informação. Para esses, o professor deve fazer o papel de introdutor ao mundo das NTIC, promovendo a inclusão social de seu aluno. Assim, a inclusão digital dos professores precisa fazer

parte das políticas educacionais públicas, para que o progresso tecnológico realize seu potencial democrático, derrubando diferenças sócio-econômicas.

Conclui-se, desse modo, que a educação a distância, por basear-se no uso das novas tecnologias da informação, traz inúmeras vantagens quando aplicada à formação e capacitação docente:

- a possibilidade de formação ou aperfeiçoamento do educador sem retirá-lo do sistema de ensino;

- facilidade na preparação dos recursos humanos que vão acionar a educação a distância, ampliando assim a utilização em larga escala dessa modalidade;

- “a informatização da educação ou sua combinação com outros instrumentos são um meio de ampliação das funções do professor. Como tantos outros recursos educacionais (livros, vídeos, projeções) constituem-se em auxiliares da aprendizagem, para motivar, ilustrar, reforçar sua aula ou torná-la mais dinâmica” (NISKIER, 2000, p. 59);

- possibilidade de formação de maior número de professores, com recursos cujo investimento pode ser diluído pelo número de alunos atendidos;

- devido a essa diluição dos custos, podem-se oferecer cursos privados com grande qualidade e mensalidades acessíveis aos professores.

Essas vantagens, aliadas à proposta de atuação da SEED (Secretaria de Educação a distância, ligada ao MEC) no sentido de praticar uma política de EAD guiada pela busca de sanar as deficiências estruturais do país (e não que privilegie necessidades pontuais, como vinha ocorrendo anteriormente à criação da Secretaria), têm levado ao desenvolvimento de um número crescente de projetos voltados para a melhora dos professores brasileiros.

De acordo com o Anuário 2005 da ABRAED:

“O Brasil tem (...) 200 mil funções docentes em classes de quinta a oitava séries ocupadas por profissionais sem curso superior. Para começar a enfrentar esse problema, a SEED realizou no final do ano passado [2004] um edital para 17.540 vagas de formação universitária de docentes, a serem preenchidas em conjunto com universidades que já ministram cursos a distância. Além disso, está conduzindo conversações com outros setores do MEC no sentido de estabelecer um programa para a formação de 150 mil docentes em três anos, por meio da EAD” (ABRAED, 2005, p. 85).

Apesar das críticas que as IES que mantêm cursos a distância ainda têm tecido à atuação do governo nessa área, paulatinamente vêm crescendo os investimentos na formação docente por meio da EAD, promovidos ou apoiados pelo governo, sob a orientação da SEED.

O governo federal vem promovendo programas de formação e capacitação docente a distância, através do Sistema Nacional de Formação de Docentes, como o Proformação, Proinfantil (Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil), Pro-Licenciatura, Pro-Letramento. Esses projetos representam uma oportunidade de capacitar professores já com a incorporação de novas tecnologias em sua vida e em sua prática educativa.

Mas essa incorporação da EAD nos projetos de formação e de capacitação de professores não se restringe à esfera estatal. Nos dados da ABRAED 2005, consta que entre as instituições que mais educaram professores em 2004 estão aquelas que ofereceram cursos para a formação urgente de professores, motivada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em primeiro lugar, está a Fundação Demócrito Rocha, conveniada com o Governo Estadual do Ceará, que ofereceu formação e reciclagem para professores da rede pública daquele estado. O conteúdo impresso é publicado em um jornal de grande circulação local, ampliando o alcance dos cursos.

A terceira colocada, a Universidade Castelo Branco, também dedica grande parte dos seus recursos à formação de professores, assim como a Udesc, a Unopar, o Centro Educacional de Niterói e a Universidade de Brasília (respectivamente sexta, sétima, oitava e nona colocadas).

De grande importância tem sido, também, o Projeto Veredas - Formação Superior de Professores ([www.veredas.mg.gov.br](http://www.veredas.mg.gov.br)) -, do Governo de Minas Gerais. O consórcio entre várias universidades públicas e privadas tem por finalidade a formação e a qualificação de professores. Esse Projeto nasceu da constatação de que o estado possuía cerca de 61 mil professores das primeiras séries do ensino básico sem formação universitária. Iniciado em 2002 com 14.196 alunos (48% destes são professores da rede estadual; 24% trabalham na zona rural), em 2004 o Projeto apresentou uma taxa de evasão de apenas 2%. O consórcio, do qual fazem parte dezoito IES (quatro universidades federais e duas estaduais, seis unidades ligadas à UEMG e seis instituições privadas), oferece um curso, composto por sete módulos, que é realizado por meio de estudo a distância (a parte curricular) e o apoio de tutores, que se reúnem com as turmas (de 15 alunos cada) uma vez por mês. A importância do Projeto pode ser verificada por meio dos dados do IPAE, segundo os quais Minas possui um descompasso - em comparação com os números nacionais - entre o número de IES presenciais e a distância, justamente devido à extensão do Veredas.

Além da formação universitária, as NTIC vêm sendo usadas, também, na educação continuada de professores. O estado de São Paulo, por exemplo, tem buscado promover projetos de capacitação de professores com a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação, a fim de introduzir o professor ao mundo das NTIC e assim habilitá-los a ser um multiplicador do uso desses recursos cognitivos. Na área de Língua Portuguesa, de acordo com dados da ABRAED, em 2004 o Projeto “Trilha das Letras” atendeu a 32.626 beneficiários (89 ATPs, 1.174 professores e 31.363 alunos); em 2005, o Projeto “Arte da Palavra” trabalhou com 180 professores de Ensino Médio e Fundamental. O “Projeto Ler e Viver”, que ainda não entrou nos dados do Anuário 2005, desenvolveu-se entre abril e dezembro de 2005 e atendeu a 4.000 professores da rede pública do Estado de São Paulo.

Criado pela SEE com o propósito de implementar a formação continuada de professores, o Projeto escolheu como tema a “compreensão leitora” porque vem-se constatando um declínio na capacidade leitora dos professores brasileiros. A reversão dessa tendência - originária e originadora, acreditamos, da baixa qualidade do ensino - está relacionada à melhoria da educação e, como consequência, do desempenho dos alunos em situações de leitura.

A OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - conduziu o desenvolvimento do Projeto, junto com a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - e a CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. A Editora Moderna elaborou e publicou o material didático, realizando também o acompanhamento dos tutores.

A idéia mestra do Projeto consistiu em prover o professor de “subsídios teóricos e práticos fundamentais para a ampliação de suas possibilidades de leitura com compreensão”. Assim, reconhece-se que a deficiência na leitura se encontra já na prática pessoal do professor, que deve ser modificada. O “Ler e Viver” buscou atingir o aluno, portanto, a partir do preparo do docente para a leitura e para o ensino da leitura.

Participaram como cursistas 4.000 professores de 89 DEs, em turmas de 45 alunos, cada uma com 1 Assistente Técnico Pedagógico de Língua Portuguesa (ATP) e um Tutor (1). As DEs foram agrupadas em 4 turmas (A, B, C e D), cada uma com um Coordenador (Tutor 2).

O Projeto foi desenvolvido por meio de encontros presenciais, material impresso, atividades em grupo, correio, videoconferências, Internet (e-mail), interação via web (ambiente virtual PROMETEUS), telefone (0800).

Os cursistas participaram de oito Videoconferências multiponto, realizadas pela “Rede do Saber”. Cada grupo assistia à VC em sua DE, no período da manhã; à tarde, eram feitas atividades programadas nas salas de informática, monitoradas por um ATP.

O programa inicial previa a realização de dois encontros presenciais para cada turma. O primeiro desses encontros (EP-1, com duração de um dia e carga horária de oito horas) foi realizado no Hotel Vale do Sol em Serra Negra, como atividade inaugural do curso, em maio/2005. Na ocasião, os professores-cursistas participaram de palestras, oficinas e encontros com escritores (os escritores Moacyr Scliar, Bartolomeu Campos de Queiroz e Márcia Kupstas relataram suas experiências com a leitura). O objetivo dessa atividade inicial era provocar os cursistas, incutindo-lhes o desejo de ler e de ensinar leitura.

O EP-2 (com duração de dois dias e carga horária de 16 horas), programado para o final do curso, não pôde ser realizado, devido à ocorrência de uma paralisação do programa logo no início do segundo semestre. Em substituição, os participantes receberam fitas com videoaulas, por meio das quais realizaram o trabalho final, em fevereiro de 2006.

Os cursistas receberam três livros modulares, com os objetivos do curso, o conteúdo teórico sobre compreensão leitora e indicações bibliográficas sobre o tema; um Caderno de Atividades, com todas as atividades desenvolvidas durante o curso, dando suporte aos encontros presenciais, às videoconferências, oficinas e ao projeto final.

A Avaliação dos cursistas ocorreu por meio de análise: das oito atividades realizadas nos pólos da Rede do Saber, nos dias das videoconferências; da frequência/participação nas atividades realizadas nos encontros presenciais e videoconferências; das auto-avaliações, em que os cursistas refletiram sobre seu aprendizado, registrando por escrito seu processo de aquisição de conhecimento, durante o curso e ao final dele; e, finalmente, a elaboração e entrega de um projeto de trabalho.

O “Projeto Ler e Viver” foi uma iniciativa ambiciosa, na qual se buscou juntar os mais modernos meios tecnológicos de Educação a Distância a uma

pedagogia voltada para a formação de professores críticos em relação à leitura, ao processo de ensino-aprendizagem e ao seu próprio papel docente. Assim, não foram fornecidos aos cursistas modelos prontos de aulas (do que eles se ressentiram muito, inicialmente), mas sim subsídios para que modificassem sua prática docente.

O início do desenvolvimento do trabalho apresentou algumas dificuldades, relativas a esse dado. Acostumados à aceitação, reprodução e cobrança acrítica de conteúdos, grande parte dos professores-cursistas se mostrou despreparada para questionar suas leituras e para montar suas aulas de forma consciente e autônoma – esperavam, na verdade, que o Projeto lhes oferecesse sugestões de aulas e exercícios prontos.

Várias atividades pediam que o professor programasse atividades de leitura. No início do projeto, muitas dessas atividades, produzidas pelos cursistas, reproduziam exercícios que tradicionalmente são encontrados em livros didáticos, desconsiderando as teorias apresentadas no Projeto. No entanto, no decorrer do curso, ocorreu uma modificação de atitudes: passaram a planejar aulas de acordo com as classes em que lecionam (faixa etária, interesses, desenvolvimento cognitivo e intelectual) e as teorias em estudo. Os projetos finais, que consistiam em um planejamento de atividade de leitura, representaram, em sua maioria, um grande esforço dos cursistas para pesquisar e planejar uma atividade própria, adequada a seus objetivos e ao seu público-alvo.

Além do sucesso obtido na capacitação para a leitura, um dos diferenciais do “Ler e Viver” foi não apenas o uso de modernos multimeios, mas também sua concepção segundo uma pedagogia inovadora, por meio da qual se buscou inserir, de forma crítica, os alunos no mundo da tecnologia, facultando-lhes a possibilidade de eles mesmos acessarem o conhecimento e processarem-no de acordo com seu desejo e necessidade. O Projeto foi uma forma não apenas de melhor preparar os professores para seu trabalho docente, mas também de auxiliá-los a melhor se situar como cidadãos no mundo contemporâneo.

Grande parte dos participantes do Projeto nunca tinha participado de uma videoconferência interativa, nem mesmo acessado a Internet, feito pesquisas, trabalhado interativamente. No entanto, vencidas as barreiras iniciais, tudo o que se espera de um curso a distância passou a ocorrer: domínio do mundo virtual, interação cada vez mais intensa e crítica (os fóruns passaram a ser concorridos, com muitas intervenções relevantes, mostrando um envolvimento intenso das turmas com o Projeto), transformação na forma de conceber o processo de ensino-aprendizagem que, paulatinamente, foi levando a uma mudança na atuação dos professores-cursistas. Estes continuamente expressavam seu entusiasmo por penetrar em um mundo a que muitos ainda não tinham acesso - a Internet -, assim como a satisfação por serem capazes de recriar suas estratégias em sala de aula, de acordo com os diferentes objetivos e realidades. Continuamente, ganhavam autonomia e relatavam os estimulantes resultados da aplicação de suas novas iniciativas pedagógicas.

Em julho, sem qualquer aviso prévio, a GENP suspendeu as atividades do “Ler e Viver”. Alegou, posteriormente, “problemas técnicos”. Falou-se, também, em auditoria da FDE. O Projeto retornou apenas em dezembro, finalizando suas atividades no dia 22 daquele mês. A mudança do cronograma

determinou uma aceleração do processo, o que prejudicou tanto a frequência dos alunos às Videoconferências e atividades coletivas, quanto a qualidade de seus trabalhos (e a qualidade da correção destes). O cancelamento do encontro presencial final provocou muitas manifestações de descontentamento nos alunos, que esperavam poder apresentar para o grupo seus trabalhos finais.

No entanto, como avaliação geral do Projeto, acreditamos que, apesar do contratempo da paralisação e do retorno em um período desfavorável aos professores (provas, fechamento de notas, reuniões, entre outros afazeres do final do ano), o resultado foi muito satisfatório, alcançando-se plenamente os objetivos do Projeto - ao mesmo tempo em que o “Ler e Viver” promoveu a educação continuada, realizou a inclusão digital dos professores.

Tradicionalmente - desde as primeiras tentativas de inserir o uso do computador na escola, “inclusão digital” significou, nas iniciativas do governo brasileiro, “ensinar a mexer no computador”. Atualmente, acredita-se que a falência de muitas das tentativas de inserir a tecnologia da informação na escola se deva a uma concepção muito limitada do que seja “inclusão digital”. Na busca de superar esse engano, alguns projetos que o Governo de São Paulo vem desenvolvendo - como o “Ler e Viver” - procuram desfazer esse preconceito, que limita a função da tecnologia à de “ferramenta”, desprezando sua capacidade de auxiliar o aumento da capacidade cognitiva e o acesso à informação.

A experiência do Projeto “Ler e Viver” indica alguns caminhos às políticas públicas, que podem ser seguidos para que a educação brasileira possa, em pouco tempo, recuperar o atraso e as deficiências que vem acumulando há décadas. A Educação a Distância, quando acompanhada de uma proposta pedagógica inovadora, adequada à modalidade e às necessidades da educação na contemporaneidade, além de multimeios que estimulem o trabalho com as NTIC e a interatividade, sem dúvida pode ser considerada uma das melhores formas de transformar-se a educação brasileira, por intermédio da qualificação docente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João Roberto Moreira. *A educação superior a distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro*. Boletim da ABED. n. 204, 06/12/2005.

ANUÁRIO BRASILEIRO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – ABRAED 2005. São Paulo: Instituto Monitor, 2005.

ASSMAN, Hugo (org.). *Redes digitais e metamorfose do aprender*. Petrópolis: Vozes, 2005.

IPAE - Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação  
([www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme\\_54/index.htm](http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_54/index.htm))

NISKIER, Arnaldo. *Educação a distância*. A tecnologia da esperança. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<http://www.rededosaber.sp.gov.br/lereviver>